

# INTRODUÇÃO À CRÍTICA TEXTUAL



César Nardelli Cambraia

***Martins Fontes***

*São Paulo 2005*

## CAPÍTULO 2

### BREVE HISTÓRICO DA CRÍTICA TEXTUAL

A história da crítica textual é bastante complexa, e não apenas porque suas origens remontam para mais de dois mil anos atrás: seu progresso deu-se através de um conjunto de ações que ora a tangenciavam, ora a abordavam diretamente, além de ter sido exercida historicamente sobre fontes de natureza distinta – primeiramente sobre textos pagãos gregos e, em seguida, latinos; depois sobre textos religiosos (em especial, o *Novo Testamento*); e, por fim, textos em vernáculo (i. é, em línguas não-clássicas). Foi, enfim, desse conjunto heterogêneo de atividades que se constituíram técnicas, se sedimentaram práticas, se consolidaram métodos e, inevitavelmente, se formaram polêmicas.

Justamente por ser tão complexa, essa história não poderá ser exposta aqui de forma minuciosa, restando como alternativa abordá-la através de algumas de suas figuras mais marcantes. Para falar dessas figuras, serão retomados aqui alguns dos dados ricamente coligidos e comentados, em especial mas não apenas, por Pfeifer (1998, 1999) e por Reynolds & Wilson (1995).

## 2.1. DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA

O primeiro grande momento da crítica textual, pelo menos no Ocidente<sup>1</sup>, situa-se na época dos primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria (sécs. III a I a.C.).

Por ordem de Ptolomeu I, rei do Egito (de 306 a 283 a.C.), se teria constituído na cidade de Alexandria, situada no delta do Nilo, um centro de estudos, oficialmente chamado de *Museum* (um templo em honra das Musas, portanto), onde se reuniam estudiosos de diversas áreas. Em sua biblioteca, haveria já na primeira metade do séc. III a.C. por volta de centenas de milhares de rolos de papiro, aos quais se agregariam posteriormente outros tantos mais em um anexo conhecido como *Serapeum*. Como não se sabe quantos volumes seriam parte de apenas uma obra, nem quantos seriam cópias de uma mesma obra, o número de títulos existentes na biblioteca constitui um mistério. A destruição da biblioteca deu-se em 47 a.C., em um incêndio ocorrido durante a guerra de Júlio César contra o Egito.

Dentre os diretores dessa biblioteca, destacam-se, no campo da crítica textual, Zenódoto de Éfeso (c. 325-234 a.C.), Aristófanes de Bizâncio (c. 258-180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (c. 216-144 a.C.)<sup>2</sup>.

Uma das contribuições desses alexandrinos, que se dedicaram em especial à obra de Homero, mas não apenas, está na constituição de um sistema de crítica (gr. *διόρθωσις*, i. é, “correção”) baseado na utilização de sinais com a finalidade

de explicitar seu julgamento quanto à genuinidade do texto. Desde Zenódoto (introdutor do primeiro dos sinais, o *óbelo*), esse sistema foi cada vez mais se ampliando e, com o passar do tempo, adotavam-se não apenas novos usos para antigos sinais como também novos sinais<sup>3</sup>. Para se ter uma idéia desse sistema, apresenta-se abaixo uma descrição dele com base no uso que faria Aristarco, extraída de dados fornecidos por Gayo (1979-1980: 21-3), com algumas retificações aqui:

- a) *óbelo* (—): verso apócrifo;
- b) *anti-sigma* (⊃): verso deslocado;
- c) *asterisco* (✳): verso incorreto repetido em outro lugar;
- d) *diple* (>): remissão a comentário;
- e) *diple periestigmene* (>): verso distinto em relação ao texto de Zenódoto e em desacordo com outros comentadores;
- f) *estigma* (\*): verso duvidoso ou suspeito;
- g) *estigma com anti-sigma* (\* ⊃): verso após o qual se havia dado ao texto nova disposição; e
- h) *sigma pontuado* (⊂ •): verso(s) transferido(s) para outro ponto do texto.

Além desses, podem-se citar ainda outros aparentemente não empregados por Aristarco: o *ceráunio* (T), utilizado por Aristófanes para assinalar seqüência de versos apócrifos; o *anti-sigma* com *estigma* (⊃ \*), empregado por outro alexandrino, Aristônico, para marcar alteração na ordem de versos; o *anti-sigma periestigmene* (• ⊃ •), presente em dois manuscritos dos sécs. IX-X com a *Ilíada* (*Venetus A* e *Códice Vê*), marcando conjunto de versos com mesmo sentido, mas com diversas formas e de difícil escolha; o *óbelo periestigmene* (+), presente no referido *Venetus A*, indicando correções consi-

1. Pfeifer (1998: 18) assinala que já na antiga Suméria, por volta de 2800 a.C., haveria responsáveis pela preservação de textos (literários e não-literários) em tabletes de argila, os quais corrigiriam erros de escribas.

2. Entre Zenódoto e Aristófanes, também teriam dirigido a instituição os não menos famosos Apolônio de Rodes (séc. III a.C.) e Eratóstenes de Cirene (c. 276-196 a.C.).

▼ ▼ ▼ ▼ ▼

3. Isidoro de Sevilha (c. 570-636 d.C.) dedica, em suas *Etimologias*, uma seção especial (o cap. XXI, intitulado *Das siglas das sentenças*) à descrição desses sinais e de seus valores.

deradas acertadas; o *óbelo* com *asterisco* (—\*), também no *Venetus A*, identificando palavras cujo lugar não se acha; e, por fim, o *asterisco* com *óbelo* (\*—), existente no já mencionado *Códice Vê*, marcando supressão de asterisco.

Entre os princípios que Aristarco pregava no exercício da crítica, consta o de que *cada autor é o seu melhor intérprete*, ou seja, deve-se esclarecer uma passagem com outras passagens do mesmo autor – aspecto este que, de certa forma, anteciparia o tradicional critério do *usus scribendi* (tratado mais adiante na p. 156), já que também era empregado na discussão da genuinidade de certas formas lingüísticas dos textos, especialmente homéricos.

Como assinalam Reynolds & Wilson (1995: 15-25), deve-se reconhecer que a atuação dos alexandrinos teve impacto significativo sobre a tradição dos textos gregos clássicos: não apenas fixaram a forma dos textos de autores comumente lidos, como também se empenharam na imposição dessa forma como fonte para cópias posteriores; além disso, criaram auxílios ao leitor, através de transliteração de textos em outros alfabetos para o utilizado na época, do melhoramento do sistema de pontuação e da criação de um sistema de acentuação (este, atribuído a Aristófanes). As dificuldades na fixação de textos *fidedignos* levaram-nos ainda à elaboração de comentários para discutir problemas e propor interpretações: por isso, mesmo que certos estudiosos não tenham produzido edições críticas ao longo de sua vida, podem-se ver suas contribuições para a crítica textual, em alguns casos, na discussão de variantes textuais em seus comentários. Convém lembrar ainda que o sistema alexandrino, baseado em sinais e em comentários, foi importante para assegurar a transmissão à posteridade do que existia (mesmo do que não fosse tido na época como genuíno), pois, em vez de suprimirem ou modificarem o que considerassem não-genuíno, apenas o assinalavam.

Rivalizaria com os alexandrinos o estóico Crates de Malos (c. 200-140 a.C.), diretor da Biblioteca de Pérgamo (cidade da antiga Ásia Menor, atualmente território turco), provavelmente fundada por ordem do rei Eumenes II (197-159 a.C.). Comentador de textos de Homero, Crates diferiria de Aristarco em suas leituras e interpretações. Sua oposição, aliás, se consubstanciaria em uma das grandes controvérsias lingüísticas da Antiguidade (cf. Robins, 1983: 15-7): os alexandrinos defendiam o princípio da *analogia* (organização regular da língua), enquanto os estóicos sustentavam o princípio da *anomalia* (organização suscetível a irregularidades). Naturalmente essas concepções refletiam-se no estabelecimento dos textos do passado: Gayo (1979-1980: 20) assinala que Aristarco terá preferido as formas analógicas no estabelecimento do texto homérico, regularizando a forma dos lexemas e das desinências nominais e verbais.

No mundo romano, merecem especial atenção Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) e M. Valério Probo (20-105 d.C.), embora L. Élio Estilão (sécs. II-I a.C.), que teria realizado estudos sobre Plauto nos moldes alexandrinos, pareça ter sido o primeiro dos latinos a empregar os sinais críticos alexandrinos. Varrão, dentre cujas contribuições está o estabelecimento do cânon das peças de Plauto tidas como genuínas, reservava em seu paradigma de estudo do texto um espaço próprio para o exercício da crítica: é o que se depreende de sua divisão desse estudo, de acordo com Elia (1995: 83), em *lectio* (leitura expressiva), *enarratio* (explicação das passagens obscuras), *emendatio* (revisão e correção) e *iudicium* (comentário literário), sendo que a *emendatio* era especificamente definida, segundo Reynolds & Wilson (1995: 30), como *reorrectio errorum qui per scripturam dictionemve fiunt* (i. é., “correção dos erros que se fazem pela escrita e pela dição”).

Avançando no tempo, deve-se citar Orígenes (185-253 d.C.): é de sua autoria uma adaptação do *Antigo Testamento*, chamada de *Hexapla*, na qual empregou sinais como os dos alexandrinos ao comparar excertos gregos e hebraicos. Segundo Reynolds & Wilson (1995: 54), seu trabalho serviria, de certa forma, o sistema de aparato crítico atualmente empregado, pois apresentava os textos e suas traduções em colunas paralelas. Ainda considerando o texto bíblico, não se pode deixar de mencionar São Jerônimo (c. 347-420 d.C.), o qual, a pedido do Papa Dâmaso (c. 305-384 d.C.) por volta do ano de 382, preparou uma versão latina revista da Bíblia baseada em antigos manuscritos gregos, a qual, conhecida como *Vulgata* (*vulgata editio* = edição popular), foi considerada o texto legítimo pela Igreja Católica a partir do Concílio de Trento (1545-63). Segundo Metzger (1992: 153), Jerônimo seria um crítico textual mais sagaz do que Orígenes, estando realmente ciente das variedades de erros que surgiam na transcrição de manuscritos, o que se verifica através de sua menção à possibilidade de confusão de letras similares, confusão de abreviaturas, ditografias e haplografias (respectivamente, repetição e supressão de partes iguais em uma seqüência), troca de lugar de letras, assimilações, transposições e emendas deliberadas de escribas<sup>4</sup>.

Mas é o bizantino Demétrio Triclínio, que viveu em Tessalônica entre 1305-1320, quem deveria, na opinião de Reynolds & Wilson (1995: 79), ser considerado o precursor dos editores modernos, pois executou busca de novos manuscritos para melhorar os textos com que lidava, registrando em notas as diferentes leituras dos testemunhos que con-

sultara e acrescentando de próprio punho uma boa quantidade de alterações.

## 2.2. DO RENASCIMENTO AO SÉCULO XIX

Segundo Pfeifer (1999: 42), teria existido na Itália renascentista uma cadeia de cinco gerações de estudiosos, comparável à dos alexandrinos. Na primeira geração, encontra-se Francesco Petrarca (1304-74), que teria aberto caminho para o ressurgimento da crítica textual: sua especial admiração por autores latinos levou-o não apenas a localizar e transcrever textos, mas também a tentar restituí-los onde achasse estarem corrompidos; nos casos em que teve a oportunidade de comparar dois manuscritos de um texto, registrou variantes e emendou passagens. A essa mesma geração, pertenceu Boccaccio (1313-75), que não chegaria a exercer a crítica textual com a mesma sofisticação de seu contemporâneo, restringindo-se à recuperação e à tradução de obras de autores latinos. Na segunda geração, insere-se Coluccio Salutati (1331-1406), que, além de ter sido um colecionador ativo de manuscritos, mostrou notável conhecimento das formas como os textos se haviam corrompido e realizou contribuições para a crítica textual (como, p. ex., através de correções de textos). Na terceira geração, encaixam-se Niccolò Niccoli (1363-1437), infatigável na coleta e cópia de manuscritos realizada de próprio punho, que os comparava e organizava em parágrafos com adição de títulos; e Poggio Bracciolini (1380-1459), ávido caçador de manuscritos, que tentava, em suas cópias, produzir um texto legível, corrigindo os erros óbvios dos copistas. Na quarta geração acha-se Lorenzo Valla (1407-57), responsável por um passo decisivo na reintrodução da crítica textual: criticou ferozmente os esforços de seus contemporâneos em restaurar textos corrompidos, e realizou, ele próprio,

4. Uma rica descrição da técnica do livro segundo São Jerônimo, incluindo-se o processo de correção, é apresentada por Arns (1993).

suas emendas; tendo comparado o texto do *Novo Testamento da Vulgata* de São Jerônimo com o texto grego e com textos patrísticos, assinalou-lhe os erros. No final dessa cadeia, já na quinta geração, situa-se Angelo Ambrosini (1454-94), também chamado *Poliziano*. Este, que se dedicou não apenas ao mundo latino mas também ao grego, terá sido o primeiro a realizar comparações integrais de manuscritos, registrando cuidadosamente notas na sua cópia. Insistia na importância do conhecimento dos melhores manuscritos como defesa contra as conjecturas precipitadas de seus contemporâneos: segundo ele, devia-se partir do estado mais antigo recuperável de uma tradição. Antecipou o princípio da *eliminatio codicum descriptorum* (cf. explicação na p. 146) através do estudo da relação de manuscritos com a obra de Cícero, e igualmente com a de Valério Flaco.

Reynolds & Wilson (1995: 138) assinalam que, assim como houve estudiosos escrupulosos nesse tempo (em especial, no séc. XV), existiram também aficionados cujos limites de formação devem ter propiciado deturpações não-intencionais no processo de correção dos textos: haveria a tentação de os embelezar, de produzir textos legíveis e elegantes – razão pela qual se devem utilizar com precaução testemunhos dessa época.

A partir de fins do séc. XV, difunde-se a imprensa de tipos móveis, o que certamente teve impacto sobre o processo de transmissão dos textos. Mas, segundo Pfeifer (1999: 50), num primeiro momento não teria gerado progresso real no estabelecimento de textos, já que freqüentemente se publicava um texto extraído de um manuscrito – não necessariamente o melhor – sem o editar: se, por um lado, possibilitava a circulação e a integração de textos aos acervos particulares em constituição, por outro, estaria difundindo textos ruins. A impressão de textos latinos foi no princípio mais intensa do que

a de gregos: deve-se a Aldo Manuzio (1449-1515), admirador e impressor de obras de Poliziano, uma considerável parte de primeiras edições em grego (de texto em latim, apenas uma primeira edição) em sua oficina na cidade de Veneza. Um dos colaboradores de Manuzio foi o cretense Marco Musuro (1470-1517): em sua atividade de editor, teria comparado manuscritos, organizando seus diferentes tipos de espécimes através de seleções e combinações para que pudessem ser impressos; ademais teria realizado correções, eventualmente se excedendo, já que, na edição de um poema de Mosco, teria incluído seis versos de sua própria autoria para sanar uma lacuna.

Enquanto, no passado, a crítica alexandrina se centrava principalmente em textos homéricos, a partir de Desiderius Erasmus (c. 1469-1536), de Rotterdam, passa a receber especial atenção a crítica neotestamentária, embora a crítica bíblica já tivesse sido abordada com especial rigor anteriormente por Valla. Erasmus, que também se ocupou da edição de vários textos gregos e latinos, publicou sua edição do texto grego do *Novo Testamento* em 1516<sup>5</sup>, na oficina de Froben na cidade da Basileia. Não tendo conseguido nenhum manuscrito com o texto grego completo do NT, terá empregado mais de um testemunho para certas partes, mas a base terá sido dois manuscritos da biblioteca monástica da Basileia, datáveis do séc. XII (pertencentes à chamada *Tradição Bizantina*, considerada a mais recente e mais pobre (cf. Aland & Aland, 1995: 4). Como o testemunho com o *Livro da Revelação* (i. é, o *Apocalipse*) estava mutilado, traduziu o trecho final (cap. 22, vers. 16-21) para

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

5. Segundo lembra Metzger (1992: 98), a primeira impressão do *Novo Testamento*, entretanto, tinha ocorrido como parte da *Bíblia Poliglota* (com texto hebraico, aramaico, grego e latino) realizada em 1514, na cidade espanhola de Alcalá de Henares (lat. *Complutum*).

o grego a partir da versão latina da *Vulgata*. O texto de Erasmo tornou-se a base das edições que se sucederam, de forma tal que acabou sendo considerado, por muito tempo, o texto padrão do *Novo Testamento* – especialmente a edição publicada em 1550 por Robert Étienne (1503–59) –, ao qual se costuma referir como *textus receptus*. Essa designação, de acordo com Metzger (1992: 105–6), derivaria de uma passagem, dirigida ao leitor, presente na segunda (de 1633) das edições do NT realizadas pelos irmãos Elzevir na cidade de Leiden: *Textum ergo habes, nunc ab omnibus receptum: in quo nihil immutatum aut corruptum damus* (i. é, “Tens então um texto, agora por todos recebido, no qual nada apresentamos de alterado ou corrompido”).

Ao que parece, seria do italiano Francesco Robortello (1516–67) a primeira tentativa de se redigir um breve manual de crítica textual: sua dissertação *De Arte Sive Ratione Corrigendi Antiquorum Libros Disputatio* (Pádua, 1557) trata de questões como o valor dos manuscritos antigos, princípios que regem a arte da conjectura, classificação das emendas.

Na França do séc. XVI, destacaram-se no campo da crítica textual figuras como Henri Étienne († 1598), Adrien Turnèbe (1512–65), Denis Lambin (1520–72) e Joseph-Juste Scaliger (1540–1609). Henri, filho do já mencionado Robert, foi um fecundo editor, tendo publicado 74 textos gregos (18 deles, pela primeira vez), 58 latinos e ainda 3 hebraicos. Segundo Pfeifer (1999: 109), diversas edições suas tornaram-se textos básicos por dois séculos ou mais, sem necessariamente terem constituído uma vantagem para os estudos clássicos, pois não seria um editor verdadeiramente crítico e cuidadoso. Já Turnèbe foi diretor da Imprensa Real e publicou diversos textos gregos e latinos, sendo uma de suas mais importantes obras de crítica a miscelânea *Adversariorum* (Paris, 1564–1565), em que corrigiu e explicou diversas passagens

de autores antigos. De acordo com Reynolds & Wilson (1995: 168), mesmo tendo seguido o método de corrigir textos com base em outros testemunhos da sua época, Turnèbe viu a necessidade de se utilizarem manuscritos mais antigos e melhores que os geralmente empregados nas primeiras impressões; ademais, é admirado por sua intuição, bom juízo e talento para a conjectura. Lambin, por sua vez, publicou uma grande coleção de textos latinos, tendo produzido edições, como a de Lucrécio, que se tornaram referência até a de Lachmann (no séc. XIX). Scaliger, que preparou importante edição de autores como Festo e Manílio, aplicou-se especialmente na edição da crônica de Eusébio, baseando-se em excertos bizantinos e em São Jerônimo, cujos erros corrigiu: evidências posteriores (em especial, a publicação de uma versão armênia quinhentista de Eusébio em 1818) viriam a confirmar o trabalho de Scaliger. De acordo com Reynolds & Wilson (1995: 170–1), Scaliger teria, em sua edição de Catulo, tentado provar que, pela natureza das corrupções nos manuscritos, todos eles descenderiam de um mesmo, antecipando assim a tradicional noção de *arquétipo*; entretanto, sua atitude crítica acentuada levou-o a equívocos e excessivas liberdades em relação aos textos transmitidos.

Embora não tenha deixado legado tão marcante como os quatro acima citados, Isaac Casaubon (1559–1614) seria também digno de menção, pois contribuiu especialmente para o progresso do conhecimento da obra *Os Caracteres*, de Teofrasto, através de sua segunda edição, publicada em 1599, na qual acrescentou cinco outros caracteres até então desconhecidos. Segundo Pfeifer (1999: 122), seria bastante conservador no exercício da crítica textual, insistindo sobretudo na autoridade dos manuscritos, sem, entretanto, temer conjecturas mais ousadas.

Nos sécs. XVI e XVII, na Holanda, destacar-se-iam outros estudiosos: tal é o caso de Wilhelm Canter (1542-75), Joest Lips (1547-1606), François de Maulde (1556-97), Huig de Groot (1583-1645), Gerard Johann Voß (1577-1649) e seu filho Isaac Voß (1618-89), Daniel Heins (1580-1655) e seu filho Nicolaas Heins (1620-81), Johann Friedrich Gronov (1611-71) e seu filho Jakob Gronov (1645-1716). Destes merecem especial menção os quatro primeiros, pois, segundo Pfeifer (1999: 129), os outros teriam contribuído mais em termos de ampliação e de consolidação do conhecimento já constituído até então do que em termos de originalidade. De Canter, editor de textos, em especial, gregos, terá sido a segunda iniciativa de redação de um manual de crítica textual: trata-se do ensaio *De Ratione Emendandi Scriptores Graecos Syntagma* (Basiléia, 1566), no qual apresenta classificação sistemática dos diferentes tipos de erro em textos gregos, distribuídos em classes como confusão de letras, divisão equivocada de palavras, omissões, adições, transposições, assimilação ou má compreensão de abreviaturas. Segundo Reynolds & Wilson (1995: 173), esse tratado, apesar de sistematizar os erros, apresentaria pouca coisa nova para os grandes críticos de sua época. Já Lips realizou importantes edições de autores gregos (como Eurípides, Sófocles e Ésquilo) e latinos (como Sêneca, Tácito, Lucano e Cláudio), destacando-se ainda por ter concentrado seus estudos na postura política desses últimos autores. De Maulde, tendo se dedicado à edição de textos latinos, insistia em ser a conjectura sozinha inútil e perigosa, em dever haver um equilíbrio adequado entre a autoridade do manuscrito e a correção e ainda em ser a recensão uma tarefa preliminar essencial para a edição. De Groot editou Lucrecio e Sílio Itálico, e publicou conjecturas sobre obras de Sêneca e Tácito. Ainda no séc. XVI, viria a lume outra obra que também discutia questões de crítica textual: trata-se do tex-

to *De Arte Critica* (Nuremberg, 1597), de autoria do alemão Kaspar Schoppe (1576-1649).

Em fins do séc. XVII foram publicadas as obras do francês Richard Simon (1638-1712), considerado por Metzger (1992: 155) o responsável pela fundamentação científica da crítica sobre o *Novo Testamento*: uma de suas mais importantes obras foi a sua *Histoire Critique du Texte du Nouveau Testament* (Rotterdam, 1689) e dentre suas contribuições estava a convicção de que o rastreamento da história de textos antigos deveria ser a base para a avaliação dos manuscritos e para a substituição de um texto verdadeiramente crítico. Ainda nesse período, deve-se mencionar o suíço Jean Le Clerc (1657-1736), o qual formulou, na sua obra *Ars Critica* (Amsterdam, 1697), uma primeira versão do princípio a que se chama atualmente de *lectio difficilior* (cf. explicação na p. 154).

Certamente constitui figura de destaque em princípios do séc. XVIII o inglês Richard Bentley (1662-1742), cuja produção editorial foi rica, abarcando autores como Calímaco, Horácio, Terêncio e Manílio. Segundo Pfeifer (1999: 155), não haveria paralelo para Bentley em termos de crítica conjectural na história da crítica textual. Um exemplo de sua ousadia conjectural está, como informa Reynolds & Wilson (1995: 179), na fábula da raposa, de Horácio (*Epístolas*, 1.7.29): insistindo que a raposa (lat. *vulpecula*) não come grãos, propunha como leitura *esquilo* (lat. *nitedula*), desconsiderando que a raposa teria sido escolhida por ser animal representativo de avidez, independentemente de suas características naturais. Dentre suas contribuições está a elucidação do sistema métrico de autores latinos de drama, o que teve consequências revolucionárias para o estabelecimento de seus textos. Embora tivesse projeto de realizar uma nova edição do *Novo Testamento*, não através de reprodução do *textus receptus* com

modificações, mas sim através de reconstrução baseada nos mais antigos manuscritos gregos, não conseguiu concluí-lo e publicá-la.

A tarefa de realizar outra edição do *Novo Testamento*, indo além do *textus receptus*, foi retomada sucessivamente por três alemães: Johann Albrecht Bengel (1687-1752); Johann Jakob Wettstein (1693-1754) e Johann Jakob Griesbach (1745-1812). Suas edições do *Novo Testamento* foram publicadas, respectivamente, em 1734 (Tübingen), em 1751 (Amsterdam) e em 1775-1777 (Halle). Entre suas contribuições estão os textos em que apresentaram e defenderam os princípios a serem adotados na edição do *Novo Testamento*: de Bengel, há o *Gnomon Novi Testamenti* (Tübingen, 1742); de Wettstein, os *Prolegomena ad Testamenti Graeci Editionem* (Amsterdam, 1730); e de Griesbach, o *Prefácio* à sua segunda edição do *Novo Testamento* (Londres/Halle, 1796-1806)<sup>6</sup>.

Em fins do séc. XVIII, uma das figuras de destaque na edição de textos clássicos foi o alemão Friedrich August Wolf (1759-1824). Tendo se concentrado especialmente nas obras de Homero e Platão, publicou *Prolegomena ad Homerum* (Halle, 1795), obra em que se encontra a primeira tentativa metódica e seguramente embasada de reconstrução da história de um texto antigo. Segundo assinala Pfeifer (1999: 174), Wolf pretendia fornecer a base para um julgamento sobre o valor dos manuscritos com o texto de Homero e para a constituição do texto que intencionava publicar, mas chegou à conclusão de que seria impossível reconstituir o texto tal qual te-

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

6. A primeira tentativa de organizar os princípios em forma de lista sintética parece remontar ao prefácio da edição no *Novo Testamento* (Amsterdam, 1711), de Gerhard von Mastricht, onde se apresentam 43 regras. Listas modernas de princípios da crítica textual neotestamentária podem ser consultadas em Metzger (1992: 209-11) e Aland & Aland (1995: 280-2). Exemplos serão apresentados na seção 6.1.2.1 mais adiante.

ria saído das mãos do seu autor, sendo, porém, possível tentar reconstituir o texto alexandrino, ou seja, o texto que os alexandrinos haviam fixado no séc. III a.C.

### 2.3. ÉPOCA MODERNA

Certamente apenas após as experiências editoriais que se realizaram ao longo de tantos séculos, foi possível a constituição de métodos mais rigorosos para a fixação de textos.

Deve-se ao alemão Karl Lachmann (1793-1851) a apresentação de uma síntese dessas experiências passadas, às quais também se agregaram suas próprias contribuições. Essa síntese, um marco na história da crítica textual, constitui o que se passou a chamar de *método lachmanniano*, no qual a crítica do texto estaria dividida em duas partes: a *recensão* (lat. *recensio*) e a *emenda* (lat. *emendatio*). Seus principais trabalhos foram a edição do *Novo Testamento* (Berlim, 1831) e a do *De Natura Rerum* (Berlim, 1850), de Lucrécio, em cujo prefácio externaliza sua doutrina.

De acordo com Timpanaro (2002: 77-8), o método de Lachmann engloba um conjunto de critérios específicos para a recensão:

- 1) o repúdio da *vulgata*<sup>7</sup> e a exigência de não se recorrer irregularmente aos códices, mas de os empregar como fundamento da edição;
- 2) a desconfiança em relação aos códices da época humanista;
- 3) a reconstrução da história do texto e, particularmente, das relações genealógicas que ocorrerem entre os manuscritos que subsistiram; e

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

7. Isto é, da forma do texto que passou a ser reproduzida sucessivamente desde as primeiras edições (Timpanaro, 2002: 3).

4) a formulação de critérios para determinar mecanicamente, sem se recorrer ao juízo (lat. *iudicium*) do editor, qual, dentre várias lições, remonta ao arquétipo.

Embora quase todos esses critérios já tivessem, de alguma forma, sido antecipados pelos seus predecessores, seria o quarto acima listado a sua contribuição mais pessoal, na opinião de Timpanaro (*loc. cit.*). A orientação proposta por Lachmann foi objeto de refinamentos e retificações por dois outros grandes estudiosos: Paul Maas (1880-1964), na sua *Textkritik* (Leipzig, 1927); e Giorgio Pasquali (1885-1952), em sua *Storia della Tradizione e Critica del Testo* (Florença, 1934).

O modelo lachmanianno de crítica textual foi especialmente criticado, quase meio século depois, pelo francês Joseph Bédier (1864-1938). Embora tenha seguido o método de Lachmann em sua primeira edição (de 1890) do poema medieval de Jean Renard, *Lai de l'Ombre*, Bédier rejeitou-o ao realizar a segunda (de 1913), convencido de que o método anteriormente seguido conduzia quase sempre à distribuição do conjunto de manuscritos a uma tradição de ramos bifidos, o que praticamente inviabilizava a escolha mecânica de variantes (baseada na prevalência numérica). Tendo retomado a classificação dos manuscritos para sua segunda edição, demonstrou ser hipótese plausível não apenas a classificação dos manuscritos já anteriormente proposta por ele, mas ainda outras tantas classificações. Em função disso, defendeu o método de se editar um texto com base em um “bom manuscrito”, publicado quase sem retoques e acompanhado de notas que marcam, segundo afirma o próprio Bédier (1928: 177), um retorno na direção da técnica dos antigos humanistas.

O método proposto por Bédier não escapou, porém, de severas críticas, tendo sido particularmente contestado por Henri Quentin (1872-1935) em seus *Essais de Critique Textuelle* (Paris, 1926), mas foi reiterado logo em seguida pelo

próprio Bédier em seu famoso *La Tradition Manuscrite du Lai de l'Ombre: Réflexions sur l'Art d'Éditer les Anciens Textes* (Paris, 1928). Quentin, que se ocupou especialmente do texto da *Vulgata* de São Jerônimo, acentuaria ainda mais o aspecto mecânico da seleção de variantes ao fundamentar sua proposta em dados estatísticos, enfatizando ainda a distinção entre original e arquétipo. Nas palavras do próprio Quentin (1926: 37):

Empenho-me, então, em retirar a crítica editorial do terreno do original para a levar ao do arquétipo dos manuscritos conservados. Rejeito, desde o primeiro minuto, todo olhar direcionado à lição primitiva. Não reconheço nem erros nem faltas comuns, nem boas nem más lições, mas somente formas diversas do texto, baseado nas quais, por um método que se apóia em estatísticas rigorosas, delimito inicialmente as famílias, depois classifico os manuscritos no interior de cada uma delas e finalmente as famílias entre si. Dessa classificação resulta um cânon crítico que impõe, para o estabelecimento do texto, uma regra de ferro e assim logro reconstituir o arquétipo que, em suma, é a forma do texto a mais próxima do original à qual se pode chegar por meio dos manuscritos conservados (tradução nossa).

Embora a crítica textual moderna tenha acabado por se polarizar fundamentalmente entre o método de Lachmann e o de Bédier, a investigação na área não tem cessado desde então e uma extensa e fecunda bibliografia de orientação cada vez mais teórica tem sido publicada. Pode-se dizer, no entanto, que uma das características mais marcantes da crítica textual moderna é a especial atenção dedicada a textos em línguas vernaculares, já que, pelo menos até fins do séc. XIX, havia ênfase – senão exclusividade – em relação a textos profanos e sagrados em línguas clássicas. Dentro dessa orientação de buscar a especificidade metodológica da edição de textos

em línguas modernas, encaixa-se, p. ex., a chamada *Teoria do Texto-Base* (ingl. *Copy-Text*) apresentada por Greg (1950-1951), cujo impacto na edição de textos de autores americanos foi discutido por Tanselle (1987).

#### 2.4. A CRÍTICA TEXTUAL EM PORTUGAL E NO BRASIL

Pouco se sabe ainda sobre a prática de edição de textos em língua portuguesa anterior a fins do séc. XIX, data a partir da qual essa atividade passa a ser realizada de forma mais rigorosa.

Num sentido mais lato, pode-se dizer que mesmo os copistas medievais ensaiavam um certo tipo de edição, porque eventualmente faziam, p. ex., comparação de fontes para a realização de novas cópias, ainda que seja bem provável que utilizassem critérios de escolha de variantes bastante subjetivos, senão arbitrários. A utilização de mais de um modelo para a cópia (fenômeno tradicionalmente chamado de *contaminação*) verifica-se, p. ex., na tradição da versão medieval portuguesa da *Vida de Santa Maria Egípcíaca*: segundo Sobral (1993: 672-3), a cópia existente no cód. *alc. CCLXX/461* derivaria da cópia em português do cód. *alc. CCLXVI/462* corrigida com base na versão latina presente no cód. *alc. CCLXXXIII/454*.

Com o advento da imprensa, textos em língua portuguesa passaram a vir a lume impressos. Segundo Silva Neto (1957a: 281-8), os impressores eram pouco fiéis às suas fontes. Tendo comparado a cópia<sup>8</sup> subsistente da tradução portuguesa do *Vita Christi*, obra composta por Ludolfo da Saxônia,

8. Silva Neto deveria estar se referindo aos cód. *alc. CCLXXIX/451*, *CCLXXX/452* e *CCLXXXI/453*: o primeiro datado de 1445, e os outros dois datáveis do mesmo ano ou de 1446 (cf. Lorenzo, 1993: 685).

com a versão impressa de 1495, verificou, além de inevitáveis saltos e transposições, o propósito de se modernizar o texto. Eis alguns exemplos de variação entre a cópia de 1445 e o impresso de 1495, respectivamente: *carrega* x *carga*; *gram* x *grande*; *poçoetas* x *peçonhêtas*. Tal situação persistiria, de forma geral, nos sécs. XVI, XVII e XVIII.

Não seria exagero dizer, portanto, que a realização de edições rigorosas de textos em língua portuguesa começaria em fins do séc. XIX: é nessa época que parece fazer-se presente o impacto da consolidação dos métodos modernos de edição; além disso, havia pouco a filologia portuguesa tinha passado a seguir uma abordagem científica mais estabelecida: Vasconcelos (1929: 886) considera como inauguração desse período científico a publicação, em 1868, de *A Língua Portuguesa: Phonologia, Etymologia, Morphologia e Syntaxe*, de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919).

Mesmo que se tente descrever a prática editorial de textos em língua portuguesa somente a partir desta época, ainda assim não é possível delinear um quadro suficientemente nítido, e por uma razão em especial: a natureza *difusa* dessa prática. Parece ser quase norma, pelo menos no domínio lusófono, que a prática editorial tenha sido exercida – e ainda o seja – por um conjunto fortemente heterogêneo de pessoas afeitas ao mundo das letras, cuja atuação não raramente se restringe à edição de somente uma obra. Naturalmente o trabalho de edição é suficientemente complexo e extenuante para justificar restrições quantitativas, mas o que salta aos olhos é a descontinuidade: não se trata apenas do problema de se editar um número restrito de obras, mas sim de não haver produção sistemática e, além disso, sob a responsabilidade de especialistas. Se, nos primórdios da abordagem mais científica dos estudos lingüísticos e crítico-textuais no âmbito lusófono, essa heterogeneidade era fruto inevitável da delimitação

de novos campos e da constituição de novas abordagens, já em pleno séc. XXI sua permanência é surpreendente e seguramente não constitui benefício para o progresso na área. A propósito da referida heterogeneidade em fins do séc. XIX, é interessante o comentário de Prista & Albino (1996: xi), ao justificarem o método de organização de seu catálogo sobre filólogos portugueses entre 1868 e 1943:

Por vezes é forçado falar de *filólogos*; seria melhor, por exemplo, 'polígrafo que publicou sobre língua'; ou 'etnógrafo que coligiu dados com interesse para a linguística'; ou 'historiador que fez publicações fiáveis de textos medievais'; na cronologia procurámos deixar representados esses contributos, muitos deles obras filológicas únicas do seu autor.

Disso resulta que não parece ser possível falar-se em grandes "escolas" em termos de prática de edição de textos em língua portuguesa no mundo lusófono. De forma geral, pode-se considerar, porém, que a atividade de crítica textual tanto em Portugal como no Brasil apresenta, no mínimo, dois grandes períodos: um primeiro, que vai de fins do séc. XIX até aproximadamente meados da década de cinquenta do século seguinte; e um segundo, dessa época em diante. O que permite estabelecer essa divisão é o fato de, até por volta dessa época, a atividade editorial ter sido quase sempre fruto de ações individuais, enquanto, após essa data, começou a se estruturar em equipes/projetos e a se institucionalizar.

Na faixa de tempo do primeiro período (aprox. de 1870 a 1955), vieram a lume edições de estudiosos como Epifânio Augusto da Silva Dias (1841-1916), Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), José Joaquim Nunes (1859-1932) e Joseph-Maria Piel (1903-1992) em terras portuguesas; e como João Ribeiro

(1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), Oskar Nobiling (1865-1912), Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira (1883-1967), Augusto Magne (1887-1966), Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989), Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), Serafim da Silva Neto (1917-1960), Gladstone Chaves de Melo (1917-2001) e Olmar Guterres da Silveira (1922-1999), em terras brasileiras.

A passagem de um período para o outro não se deu certamente de forma abrupta, pois há estudiosos cuja produção editorial já havia se iniciado antes de meados da década de cinquenta e ainda se estendeu a depois dessa data, constituindo assim um elo de ligação entre esses períodos: encaixam-se nesse caso, em Portugal, Manuel Rodrigues Lapa (1897-1989) e Luís Filipe Lindley Cintra (1925-1991); e no Brasil, Celso Cunha (1917-1989).

Dos que publicaram suas edições apenas após meados da década de cinquenta, convém apenas citar aqueles aos quais se deve prestar homenagem póstuma (já que a produção dos especialistas em atividade é facilmente localizável): deixaram especial contribuição, em Portugal, José de Azevedo Ferreira (1942-1995); e no Brasil, Silvio Elia (1913-1998), Antônio Houaiss (1915-1999), Darcy Damasceno (1922-1988) e Emanuel Pereira Filho (1924-1968).

Após meados da década de cinquenta, passaram a existir iniciativas mais sistemáticas de edição de textos dos dois lados do Atlântico. Em Portugal, destaca-se a atividade editorial do *Centro de Estudos Filológicos*, que já havia sido fundado em 1932 e que passou a se chamar *Centro de Linguística da Universidade de Lisboa* a partir de 1976: foram publicadas por esse centro diversas edições de textos medievais (cf., p. ex., a edição dos *Foros de Castelo Rodrigo* por Cintra, 1959). Como fruto da atuação de Lindley Cintra, formaram-se, direta e indiretamente, pesquisadores que atualmente realizam edições em di-

ferentes campos, abarcando textos medievais e modernos, literários e não-literários (neste último caso, com ênfase em fontes para o estudo da história da língua portuguesa). Naturalmente a atividade editorial portuguesa não esteve restrita ao referido Centro de Lingüística, havendo também importante produção na área em outras instituições, em especial a Universidade de Coimbra e a Universidade Nova de Lisboa.

Já no Brasil, é a partir de meados da década de cinquenta que começa a se institucionalizar efetivamente, nos centros de ensino superior, a atividade editorial: embora historicamente a produção estivesse concentrada em instituições dos estados do Rio de Janeiro (UFRJ, UFF e UERJ), de São Paulo (USP) e da Bahia (UFBa), após meados da década de oitenta expandiu-se também para outras instituições, tais como PUC-SP, UFPb e UFMG.

Particularmente produtiva no Brasil foi a década de sessenta: datam dessa época duas grandes iniciativas editoriais – a *Comissão Machado de Assis* e a coleção *Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários*.

A *Comissão Machado de Assis* foi instituída em 19 de setembro de 1958 e o seu primeiro fruto foi a edição crítica de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicada pelo Instituto Nacional do Livro em 1960, tendo outros títulos sido publicados mais tarde pela Civilização Brasileira em 1975. O trabalho realizado pela referida Comissão atingiu um tal grau de excelência que sua orientação passou a ser paradigmática para a edição de autores brasileiros (para conhecer o método seguido, pode-se consultar a introdução ao texto das *Memórias* publicada em Houaiss, 1959).

A coleção *Dicionário da Língua Portuguesa: Textos e Vocabulários*, organizada e dirigida por Antônio Geraldo da Cunha (1924-1999), tinha como objetivo “promover a publicação de textos portugueses pouco conhecidos em edições fiéis, e, bem

assim, de vocabulários das obras de autores de língua portuguesa” (Berardinelli, 1963: 9). Embora não se tenha seguido, ao longo dos nove volumes publicados de 1963 a 1968 (cf. lista na p. 35 deste livro), um padrão uniforme de edição, a presença de fac-símiles propiciava ao leitor um instrumento precioso de consulta.

Também foi a partir da década de sessenta que apareceram, no Brasil, os três únicos manuais introdutórios à crítica textual publicados em língua portuguesa<sup>9</sup> e voltados para seus problemas: os *Elementos de Bibliologia* (1967), de Houaiss; a *Introdução à Edótica: Crítica Textual* (1977), de Spina; e a *Iniciação em Crítica Textual* (1987), de Azevedo Filho. Como precursora desses manuais, havia sido publicada a obra *Textos Medievais Portugêses e seus Problemas* (1956), de Silva Neto.

A partir de meados da década de oitenta, duas grandes áreas passam a estimular a atividade editorial tanto em Portugal quanto no Brasil: a lingüística histórica e a crítica genética.

A retomada dos estudos diacrônicos fomentou uma atividade editorial voltada para uma abordagem mais conservadora, justificada pela necessidade de edições adequadas ao estudo lingüístico. Como fruto dessa corrente têm-se editado especialmente textos não-literários tanto em Portugal (cf., p. ex., Maia, 1986; Martins, 1994; e Emiliano, 1996) quanto no Brasil (cf., p. ex., a edição de cartas baianas do séc. XVIII, Lobo, 2001).

Paralelamente, difundiu-se nos dois lados do Atlântico a chamada *crítica genética*, que se ocupa da gênese dos textos literários com base na documentação deixada pelos autores. Essa abordagem tem impulsionado particularmente o estudo da

▼ ▼ ▼ ▼ ▼

9. Há já, porém, traduzidos para o português o manual de Laufer (1980), baseado em textos em língua francesa, e o de West (2002), voltado para textos em grego e latim – ambos originalmente produzidos no início da década de setenta.

tradição de obras literárias, bem como a realização de edições genéticas, ou seja, com registro de variantes textuais de responsabilidade do próprio autor. Dentre as atividades relacionadas a esse campo, destacam-se, no Brasil, a constituição da Associação dos Pesquisadores do Manuscrito Literário em 1985, os diversos encontros que serviram como fórum de discussão para pesquisadores em edição de textos (anais publicados em Encontro, 1986, 1990, 1993, 1995, 2000a, 2000b, 2002) e ainda a criação da revista *Manuscrita*, da referida associação.

Em Portugal, por volta dessa mesma época, constitui-se a chamada *Equipa Pessoa* (em junho de 1988), a qual se responsabilizaria pela edição das obras de Fernando Pessoa (1888-1935). Segundo informa Castro (1990: 31), adotou-se como modelo editorial o da edição *crítico-genética*:

(...) enquanto *crítica*, esta edição procura fixar um texto mais autorizado (isto é, mais próximo da vontade reconstituível do autor); enquanto *genética*, procurar documentar o percurso seguido pelo autor na construção de cada texto.

Por iniciativa da Association Archives de la Littérature Latino-Américaine, des Caraïbes et Africaine du XX<sup>e</sup> Siècle Amis de Miguel Ángel Asturias, sediada na Universidade de Paris X (Nanterre) e vinculada à Unesco, têm sido publicadas edições críticas de obras em língua portuguesa, na sua Coleção *Archivos*: até o presente momento já foram publicados sete títulos<sup>10</sup>, mas no plano geral atual consta a previsão de um

♦ ♦ ♦ ♦ ♦

10. Autores brasileiros: *Macunaíma*, de Mário de Andrade (vol. 6, 1988); *A Paixão segundo G. H.*, de Clarice Lispector (vol. 13, 1988); *Crônica da Casa Assassinada*, de Lúcio Cardoso (vol. 18, 1991); *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto (vol. 30, 1997); *Libertinagem: Estrela da Manhã*, de Manuel Bandeira (vol. 33, 1998); *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (vol. 55, 2002). Autor português: *Mensagem: Poemas Esotéricos*, de Fernando Pessoa (vol. 28, 1993).

total de dezenove títulos. Discussões de pesquisadores envolvidos nessa coleção, realizadas em seminário no ano de 1984, foram publicadas em Segala & Tavani (1988).

Para concluir, não se pode deixar de mencionar duas grandes fontes de contribuição para a constituição do patrimônio ecdótico em língua portuguesa: os historiadores e os pesquisadores estrangeiros.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, houve um significativo número de historiadores que se ocuparam da edição de textos: em Portugal, podem-se citar nomes como João Pedro Ribeiro (1758-1839), Alexandre Herculano (1810-1877), Pedro de Azevedo (1869-1928), Rui de Azevedo (1889-1976), João Martins da Silva Marques (1894-19??) e Avelino de Jesus da Costa (1908-2000); no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891), João Capistrano de Abreu (1853-1927), Eugênio de Castro (1869-1944), Rodolfo Garcia (1873-1949) e José Honório Rodrigues (1913-1987).

Já no caso de estrangeiros, cuja contribuição se refere geralmente a textos medievais, podem-se citar nomes de italianos como Ernesto Monaci (1844-1918), Giuseppe Tavani, Luciana Stegagno Picchio, Giuliano Macchi, Giulia Lanciani, Valeria Bertolucci, Aurélio Roncaglia; de alemães, como Walter Mettman; de americanos, como John M. Burnam (1864-1921), Henry H. Carter, Richard D. Abraham, Joseph H. D. Allen Jr.; e ainda do suíço Henry R. Lang (1853-1934).

Obviamente os dados acima arrolados dão apenas uma vaga imagem de experiências editoriais em língua portuguesa, já que uma lista completa seria demasiado longa, pois, como já se disse aqui antes, a produção editorial tem sido normalmente bastante difusa.

Considerando, no entanto, ser de grande utilidade para aqueles que se interessam pela crítica textual conhecer mais

detalhadamente a prática de edição de textos em língua portuguesa, lista-se aqui uma seleção de textos que historiografaram os estudos filológicos do português e/ou que tratam da edição de textos: Vasconcelos (1929: 839-919; 1959: 223-6), Veiga (1955: 63-76), Silva Neto (1957a), Elia (1963: 157-232), Naro (1976: 77-9), Houaiss (1980: 12-5), Pinto (1982: 175-87), Lima (1992: 144-58), Spina (1994: 77-80), Azevedo Filho (1998: 19-44), Bittencourt (1998: 171-84), Telles (1998: 39-58) e Megale & Cambraia (1999: 1-22).